

PALESTRA

IMPORTÂNCIA DA TELEDUCAÇÃO NA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES*

Kátia Siqueira de Freitas, Ph.D.

Prof.^a da UNEB e da UFBA

Iniciaremos definindo a acepção do termo teleducção. 'Tele' do grego Têle significa longe, ao longe. A expressão 'teleducção', neste texto, equivale a 'educação de longe', ou seja, educação através de um dos meios de comunicação de massa usados por uma sociedade, como, a imprensa falada, a escrita ou a televisionada, ou a combinação de vários desses meios.

Num país com dimensão territorial tão extensa como o Brasil e com prementes necessidades de atualizar e capacitar profissionais das mais diversas áreas de conhecimento, nada mais importante do que a utilização dos recursos da teleducção, ou seja, do ensino à distância para dinamizar o processo de capacitação e atualização dos nossos recursos humanos, aumentando a possibilidade de acesso de tantos quantos desejarem dele participar.

O ensino à distância, uma das modalidades do chamado ensino 'não-tradicional', supera a barreira de distância física entre os que desejam estudar, capacitar-se, e as instituições educacionais com seu quadro de professores, sem exigir deslocamentos desnecessários dos indivíduos que efetivamente querem participar de programas educacionais.

É inegável a crescente demanda por programas de ensino à distância, o que constitui um forte testemunho da necessidade social de maior agilidade e adaptabilidade das instituições promotoras de educação, difusão e socialização do conhecimento.

A dinâmica dos sistemas educacionais é extremamente lenta, inerte, quando comparada com a dinâmica das sociedades contemporâneas. Os sistemas educacionais tradicionalmente conhecidos não têm demonstrado, especialmente nos países em desenvolvimento, capacidade para atender, *pari passu*, a arrancada de desenvolvimento que queremos imprimir aos países, especialmente os considerados de terceiro mundo.

Crescentes dificuldades econômicas, humanas e materiais são freqüentemente apontadas como impeditivas para que os sistemas de ensino se ajustem às condições impostas pelo desenvolvimento científico, técnico, cultural e humano das sociedades

* Palestra proferida durante o IV Seminário Estadual de Teleducção, Fortaleza(CE), em 9/9/92.

neste final de século. Desse modo, os sistemas educacionais acabam por perder de vista as suas próprias funções básicas, por exemplo, a de transmitir e produzir bens culturais, capacitar cidadãos e socializar indivíduos, funções para as quais a institucionalização da educação ocorreu, não sendo necessário explicitá-las neste texto.

O atraso educacional de certos países, inclusive do Brasil, parece decorrer da própria incapacidade de implementar novas soluções alternativas e mudanças rápidas no sistema educacional formalmente estruturado, e de atualizar-se, acompanhando passo a passo as exigências sociais.

Concordamos com Alonso quando afirma que os sistemas educacionais não se caracterizam pelas mudanças, mas pela estabilidade, pela existência de uma estrutura proposta e que deve ser mantida. Estímulos para mudanças provêm do contexto externo à escola e aos sistemas educacionais. Mudanças ou inovações só são introduzidas e incorporadas, quando programas e ações existentes se mostram visivelmente incapazes de satisfazerem ao atendimento das necessidades para as quais foram criadas. (ALONSO, 1983).

Este parece ser o caso do sistema educacional brasileiro no final deste século.

Já desde 1972, com a publicação do livro de Edgard Faure, intitulado *Learning To Be*, e a popularização do conceito de "lifelong learn", ou seja, aprendizagem durante toda a vida, divulga-se o entendimento de que educação é um direito que o cidadão detém durante toda a vida.

Paulatinamente, os indivíduos passam a cobrar das sociedades o direito de usufruir de programas de educação adaptados à sua realidade. Em todo o mundo aumentou o número de pessoas em busca desse direito, levando ao incremento de programas de educação continuada, de treinamento em serviço e de outros para atenderem a esses novos clientes. Na verdade, aprendizagem é um processo que se inicia com a vida, ocorre com a vida e dura toda a vida, (KNAPPER, 1988). Todavia, os sistemas tradicionais de ensino não conseguem atender às necessidades sociais. Tomemos como exemplo o Brasil. A Constituição Brasileira afirma, no seu artigo 205, que a educação é um direito de todos, e o inciso I do artigo 206 rege o princípio de "igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola".

Nem mesmo as crianças conseguem ser atendidas pela escola. Há cerca de sete milhões de crianças fora da escola! Seus direitos à educação, no Brasil, são assegurados não só pela Constituição, mas também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, a nível internacional, pela Declaração dos Direitos Humanos.

Quantas mil crianças não conseguem ir além da 1ª série do 1º grau?

O desperdício atual do sistema educacional brasileiro é de aproximadamente 20% dos 12 ou 14 bilhões anualmente gastos com educação, equivalendo a uma evasão e/ou reprovação de cerca de 12 milhões de alunos. Cerca de 6 milhões de vagas no sistema educacional são preenchidas pelo contingente de repetentes. (CORRÊA, 1982). Ações rápidas e certeiras têm que ser empreendidas para reverter esse quadro, que exclui milhões de brasileiros da plenitude de sua cidadania. O direito à educação não pode ser usurpado de nenhum brasileiro, se é que queremos um país competente.

É claro que a capacitação do professor é apenas uma das variáveis envolvidas no processo de rejeição do aluno pelo sistema, mas, é a qualidade da capacitação do professor uma das variáveis mais importantes para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem. Em geral, somos preparados para trabalhar um aluno ideal e não o aluno real. Aquele que não tem material escolar, vive problemas familiares, psicológicos e abunda em carência de proteínas, vitaminas e sais minerais, não é alvo de atenção nas escolas normais, nem nos Cursos de Pedagogia. Salvo honrosas exceções, os excluídos do sistema educacional são vistos como um problema social, externo ao sistema educacional e não como um problema interno.

Ao nos depararmos com esse aluno real, vivenciamos a rotina da repetição, o desencanto da prática diária, o baixo status social, a pouca motivação salarial e quase nenhum estímulo à atualização, dado o pouco prestígio que a sociedade brasileira tem alocado à educação, desde o final da década de 70 e início de 80. Já na década de 90, o próprio desenvolvimento social vem outorgando mais respeito e valor à educação, exigindo, em contrapartida, a otimização de sua qualidade e da oferta de oportunidades educacionais iguais para todos. Isto só será realidade se empregarmos o potencial da teleeducação para capacitar o maior contingente possível de professores, para tornar mais democrático o acesso à educação continuada, que tem, muitas vezes, um caráter elitista.

Vivemos hoje num país preocupado com a questão da "qualidade", sem o que não ocorrerá jamais sua inserção no panorama competitivo do primeiro mundo. Já não somos a 8ª economia mundial; a riqueza de matéria-prima e de mão-de-obra barata não são suficientes para otimizar a economia e o bem-estar social.

Em 1971, o primeiro ministro do Japão, Eisaku Sato, afirmava: "Antes de tudo, o problema básico e mais importante é renovar a educação e promover o saber, a cultura, a ciência e a tecnologia. O saber, mais o capital, é a fonte da produtividade e deve tornar-se a mola central da economia". (in MONTEIRO, 1991).

Não há mais dúvidas de que o conceito moderno de desenvolvimento das nações toma por base recursos humanos capacitados e 'conhecimentos produzidos'. Uma nação é tão mais rica, produtiva e respeitada, quanto mais capacitados e competentes forem os seus recursos humanos, sua produção e atualização de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanos.

Aceitamos a premissa de que o conhecimento é a chave que abre as portas do mundo atual e futuro e de que só profissionais capacitados podem difundir conhecimentos. Conhecimento é poder, é fonte de riqueza, é bem-estar social no mundo contemporâneo, é competitividade.

Toda a nação parece concordar que precisamos capacitar nossos profissionais com qualidade e rapidez, sob pena de continuarmos descendo a ladeira do desenvolvimento, em vez de subi-la. Essas idéias vêm sendo tema dos discursos de vários líderes nacionais.

Mas isso só será possível, cremos, com a pronta capacitação qualitativa e quantitativa dos professores, não só pelos sistemas tradicionais de ensino, mas também através da teleeducação. Capacitação faz-se necessária para todos os

profissionais, especialmente para os que sustentam a base da pirâmide educacional no Brasil, que são os professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau.

Há muito, repetimos, deixamos de ocupar a posição de 8ª economia mundial. Às vésperas do terceiro milênio, o modelo de desenvolvimento econômico internacional requer indivíduos que, além de saberem ler, escrever e contar, tenham também espírito crítico, criativo, sejam capazes de enfrentar situações novas e de adaptar-se, rapidamente, às mudanças de estilo de vida, de estrutura formal de emprego, às mudanças em geral.

No mundo atual, “mudança é a única constante”. Hoje, é detentor de poder econômico o país que produz conhecimento, educa seu povo e consegue formar um acervo considerável de recursos humanos qualitativamente capacitados e em constante busca de novos conhecimentos, pois o desenvolvimento científico e tecnológico não pára e solicita cidadãos competentes atualizados.

Lembram os senhores que professores e cientistas da extinta União Soviética foram prontamente absorvidos pelas nações desenvolvidas e até mesmo o Brasil, através da USP, ofereceu emprego a cientistas e professores soviéticos. A evasão de cérebros é uma das catástrofes mais temidas pelas nações que desejam manter-se na liderança científica internacional.

Cremos que atingir a plenitude da propalada “modernidade brasileira” significa, antes de tudo, resolver o problema da capacitação de professores, empregando todos os recursos disponíveis, inclusive os tecnológicos. O Brasil não se pode dar ao luxo de subutilizar o potencial instalado das telecomunicações, devendo com ele aumentar o potencial educativo da nação. O rádio, a televisão, a imprensa, o telefone, o computador, o fax, devem todos esses meios, e outros mais, serem empregados para que o Brasil possa ser capaz de atender o maior número possível de indivíduos, espalhados por todo o território nacional, ansiosos por capacitação, reciclagem, atualização com qualidade, controlada e avaliada por tantos quantos queiram atentar para a qualidade e pertinência dos programas.

Chamamos a atenção para o fato de que a teleeducação tem controle público de qualidade, enquanto no sistema tradicional a qualidade da educação oferecida só é sentida na sala de aula, entre quatro paredes, e, quando a sociedade reclama ‘qualidade’, já decorreu um lapso de tempo tão grande, que se torna bem difícil corrigir os desvios.

Sem professores capacitados não haverá qualidade na sociedade. Todos os alfabetizados passam necessariamente pelas mãos de um professor que, tanto mais competente e comprometido, mais contribui para o desenvolvimento do ensino.

Dados recentemente levantados pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT), um órgão da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia, indicam que o Estado da Bahia tem cerca de 3 835 escolas públicas estaduais, contando-se inclusive com cessão de salas. Isso significa uma demanda grande por professores, sobretudo de 1º grau. A distribuição de alunos, no sistema público de ensino brasileiro, caracteriza-se ainda por ser do tipo piramidal, concentrando na base o maior número de alunos e, conseqüentemente, sendo grande a necessidade de professores competentes para o ensino das quatro primeiras séries do primeiro grau.

Acreditamos que os melhores professores devem trabalhar nessas séries iniciais, e que essa necessidade não vem sendo satisfeita, em parte pela 'qualidade' da capacitação dos profissionais colocados no mercado de trabalho. Os cursos de magistério e os cursos pedagógicos deixam muito a desejar. Tomemos, como exemplo, o recente concurso no Estado da Bahia, cujo objetivo era selecionar e admitir professores para escolas estaduais e escolas de 79 municípios do Estado. Esse concurso foi realizado em maio e junho do corrente ano, e o resultado, publicado no D.O. de 18 e 19 de julho de 1992. Cerca de 82 000 candidatos foram inscritos, desses, cerca de 72 000 prestaram exames e apenas 7 347, aproximadamente, foram aprovados, o que equivale a uma aprovação média de 10,0%. Enquanto isso, o sistema estadual baiano precisava admitir na época cerca de 13 892 professores para atender à demanda, e os 79 municípios juntos apresentavam 6 323 vagas (D.O. de 21/7/92).

Outro exemplo da grande necessidade de capacitar professores pode ser dado através dos resultados do concurso para magistério municipal no Rio de Janeiro. Esse concurso registrou 40 000 candidatos na primeira fase dos exames, e apenas 4 843, um pouco mais de 10,0%, foram classificados para a segunda fase das provas do concurso.

Parece haver um descompasso entre a oferta quantitativa de profissionais no mercado de trabalho, a qualidade da sua capacitação e a demanda.

O estudo avaliativo, realizado em 1990 a nível nacional pelo MEC e pela Secretaria de vários estados, e publicado em 1992, envolveu uma amostra de 17 814 professores e indicou que: "O professor leigo continua a predominar nas regiões Norte e Nordeste, 12,5% na primeira e 17,8% na segunda (somadas as categorias 1º grau incompleto e 1º grau completo). (SAEB – 1990, 1992).

O referido estudo estimou que há cerca de 32,3% de professores com 2º grau completo e 17,7% com curso superior completo. Esses últimos têm maior predominância no sul e sudoeste. Os professores pesquisados declararam possuir, em média, apenas 58,9h em cursos de capacitação, equivalendo a um curso e meio de atualização com 40h cada um. Resultados desse mesmo estudo indicam que o índice de produtividade do ensino público de 1º grau é muito baixo. O país investe, em média, 24,7 anos de matrícula para formar um aluno a nível de 8ª série do 1º grau, sendo que as taxas de evasão e repetência são, em média, respectivamente, 47,52% e 20,17%.

A conciliação entre quantidade e qualidade pode ser atingida através da teleeducação, quando esta é bem dirigida, e os cuidados adequados são tomados. As exigências educacionais são demarcadas por uma época. A educação tradicional, com métodos apenas presenciais, não é mais o único, nem o mais poderoso meio para atingirmos a competência e a qualidade que o terceiro milênio exige. Todos os recursos da tecnologia moderna, altamente persuasivos (veja o caso dos comerciais que moldam novos comportamentos nas crianças, nos adolescentes e nos adultos e no público em geral), não podem, nem devem ser empregados apenas para efeitos comerciais ou de lazer. Seu potencial tem que ser canalizado para nossa formação intelectual e cultural.

A tecnologia tem que ser encarada como um complemento ao sistema educacional estabelecido. A teleducação deve ser empregada para tirar o sistema tradicional de educação de sua inércia improdutiva, imprimindo-lhe qualidade, rapidez de ação, além de aumentar o seu poder de alcançar o maior número de pessoas que buscam capacitação, atualização, educação continuada, ou por necessidade ou por simples lazer, pelo prazer de aprender.

Nesse sentido, a teleducação oferece oportunidades iguais de acesso a um número cada vez maior de cidadãos que usufruem dos meios de comunicação da sociedade contemporânea.

Já no século XVII, ocorreram cursos de ensino à distância, através do correio. Mais precisamente, encontramos registro do primeiro curso por correspondência, em 1728, nos Estados Unidos, e que era de taquigrafia. Mas, a tecnologia atual permite transmissões via satélite, em todas as áreas de atuação e de interesse do ser humano, como, o futebol, os jogos olímpicos, as guerras, as teleconferências e até mesmo transmissões das e para as naves espaciais.

A Folha de S. Paulo, de 21/7/92, apresenta um artigo de Clayton Levy afirmando que "Pela tela do terminal do computador, médicos brasileiros terão condições de interferir em cirurgias à distância... a partir de 1993, a exemplo do que já acontece nos Estados Unidos".

Informações são hoje, transmitidas na velocidade da luz e do som, aumentando a capacidade interativa das ações dos indivíduos que se comunicam, trocam experiências, apreendem novos conhecimentos a cada instante e que, freqüentemente, tomam decisões com base em teleinformações.

Algumas pesquisas indicam que a combinação de estímulos auditivos e visuais, aliados com a experiência, podem aumentar a capacidade de retenção dos conhecimentos adquiridos. As avaliações realizadas pelo MEC/SENEB sobre o desempenho de professores que participaram do programa *Um Salto para o Futuro*, e de seus alunos, indicam que houve uma melhoria acentuada do processo ensino-aprendizagem.

Poderíamos citar outras experiências bem sucedidas que vêm ocorrendo em todo o mundo. Todavia, seria prolongar em demasia nossa fala, uma vez que essas experiências são inúmeras e já registradas na literatura corrente. Mas, queremos lembrar que há vários programas em transmissão fechada, a exemplo dos utilizados por empresas, como, o Banco do Brasil e outras.

Para capacitação de profissionais, especialmente professores que trabalham durante todo o tempo, a teleducação oferece a oportunidade de, paralelo ao seu trabalho, dividir e discutir suas dúvidas com outros professores do país em rede nacional, compartilhar problemas e buscar soluções alternativas.

No caso particular do programa *Um Salto para o Futuro*, oferecido em rede aberta, ou de qualquer outro Programa Educacional em circunstâncias semelhantes, qualquer cidadão pode usufruir dessa oportunidade e até gravar os programas se o desejar, utilizando-os quando for conveniente.

Parece-nos que a própria necessidade social demanda por novas formas e técnicas de capacitação e intervenção na realidade que sejam adequadas ao momento histórico e ao estilo de vida dos profissionais. A teleeducação é uma dessas formas que se adequam às necessidades atuais.

Não quero deixar a idéia de que a teleducação é a varinha de condão da fada madrinha. Administrar teleducação exige, além dos recursos tecnológicos, extrema competência na condução e articulação das várias fases do processo, desde o planejamento até a execução.

Teleducação não é milagre. É trabalho, persistência, planejamento, acompanhamento, envolvimento e compromisso. Só pessoas comprometidas com sua própria capacitação e seu desempenho junto ao aluno terão sucesso e farão da educação brasileira um modelo de qualidade compatível com o presente e com o futuro.

O sucesso de um programa de capacitação, presencial ou à distância, depende muito do empenho dos participantes e da condução por parte dos coordenadores. É por acreditar na seriedade dos coordenadores desse projeto e no interesse dos senhores, que tenho certeza do sucesso de mais uma etapa do Programa *Vídeo Escola* e do seu efeito multiplicador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Nyrtes. *O papel do diretor na administração escolar*. São Paulo:Difel. 1983.
- BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia de 21 de julho de 1992. Cad. 1. Ano LXXVI, N.15.108, P.4.
- BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia de 18 e 19 de julho de 1992. Cad. 1. Ano LXXVI, N.15.106 e 15.107, Caderno Especial.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. MEP/PNUD II CA. Minuta do Relatório Nacional do Sistema de Ensino Básico. SAEB. Ciclo de 1990. Brasília. 1992.
- CLAYTON, Levy. Informática: Computador ajudará em cirurgia à distância. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 jun. 1992.
- CORREA, Arlindo Lopes. *Revolução Tecnológica Rio de Janeiro*: Fundação Roquette Pinto. 1992. (mimeo.).
- FREITAS, Kátia Siqueira de, VON DORPOWSKI, Host. Ensino à Distância. *Correio de Belamira*. Pojuca, BA. a.6, n.17, p.8-9, jul./ago., 1985.
- KNAPPER, Christopher. Média and Adult Learning: A Forum Lifelong Learning and Distance Education. *American Jornal of Distance Education*. v.2, n.1, 1988.
- MONTEIRO, José A. *Qualidade total no serviço público*: Questionamento e recomendações segundo os 14 pontos de W. W. Dening. Brasília/DF: QAET Consultores Associados. s/d.
- QUASE cinco mil fazer prova para o magistério. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 21 set. 1992.